

7/10/1986

Lavradores denunciarão a Conselho violência rural

Trabalhadores rurais dos municípios de Parati, Piraí, Vassouras e Casimiro de Abreu entregam hoje aos integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, no Palácio Guanabara, um documento em que denunciam a violência no campo.

A documentação encaminhada ao Conselho é constituída, na maior parte, de denúncias e pedidos de abertura de inquérito para apuração de responsabilidade criminais. Entre eles, há uma denúncia do lavrador Nilson Diogo, feita ao delegado de Vassouras, pedindo garantias de vida contra as ameaças que vinha recebendo do ex-tenente médico do DOI-Codi, Amílcar Lobo, dono de um sítio na região, e ex-patrão de Nilson. A denúncia foi feita em abril, dois meses antes de Nilson ser assassinado a tiros por dois desconhecidos.

Violência

O documento contendo as denúncias de violência é assinado pela Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral Operária, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Ibase (Instituto Brasileiro de Análise Sócioeconômica), Inese (Instituto Nacional de Estudos Sociais e Econômicos), Campanha Nacional de Reforma Agrária, Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e Serviço de Paz e Justiça da América Latina.

Estas entidades atribuem o aumento da violência contra os trabalhadores rurais do Estado "à política agrária e agrícola desenvolvida pelos governos federal e estadual" e apontam a reforma agrária como única solução.

O documento denuncia o governo federal por "inoperância em solucionar os conflitos existentes, os entraves burocráticos e a falta de uma vontade política que acelere os processos da desapropriação". O governo estadual também é acusado de não tomar providências concretas, como "a recuperação das terras públicas que foram griladas e apropriadas indevidamente, e que hoje são palco de disputa entre trabalhadores rurais e grileiros".

O documento acusa a UDR (União Democrática Ruralista) de estar "estimulando os atos de força no meio rural" e exige que o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, junto com o Ministério da Justiça, "promova uma ação eficaz e articulada, apurando e punindo os criminosos e garantindo a integridade física dos trabalhadores, dos dirigentes sindicais e de seus advogados".

As denúncias apresentadas ao Conselho incluem as ameaças de morte contra os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Parati, Piraí e Casimiro de Abreu, e a participação da Polícia Militar em atos de violência contra os lavradores.

(Página 12)